



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Genocídio, reconciliação e autoritarismo: reavaliando a sustentabilidade da paz em Ruanda
Genocide, Reconciliation and Authoritarianism: Reassessing the Sustainability of Peace in Rwanda

Genocidio, reconciliación y autoritarismo: reevaluando la sostenibilidad de la paz en Ruanda

Juliana Moraes Miura

Abstract

Este artigo examina criticamente as dinâmicas de conflito, reconciliação e consolidação do poder político em Ruanda após o genocídio de 1994. Partindo de uma análise histórica e institucional, o estudo argumenta que a violência genocida não pode ser compreendida apenas como um colapso repentino da ordem social, mas sim como o resultado de estruturas políticas e identitárias construídas durante o período colonial. Utilizando contribuições teóricas de Mahmood Mamdani, Johan Galtung e John Paul Lederach, o artigo analisa três dimensões fundamentais da reconstrução pós-genocídio: memória coletiva, capital social e reconstrução institucional. O estudo demonstra que, embora Ruanda tenha alcançado avanços significativos no desenvolvimento econômico e na estabilidade institucional nas últimas três décadas, persistem tensões estruturais relacionadas à centralização do poder político, à restrição do pluralismo e à instrumentalização da memória histórica. Argumenta-se que processos de reconciliação baseados no capital social e em iniciativas comunitárias desempenham um papel essencial na manutenção da estabilidade cotidiana, mas podem ser limitados por estruturas políticas autoritárias. Ao analisar a interseção entre reconstrução econômica, justiça transicional e governança política, este artigo contribui para os estudos de paz e conflito ao demonstrar que o crescimento econômico e a estabilidade institucional não são, por si só, indicadores suficientes de paz sustentável. A experiência ruandesa ilustra a complexidade da construção da paz em contextos pós-genocídio e traz importantes implicações para as políticas internacionais de reconstrução pós-conflito.

Palavras-chave: Genocídio, reconciliação, autoritarismo

Introdução

O genocídio de 1994 em Ruanda constitui um dos episódios mais devastadores de violência política do final do século XX. Em aproximadamente cem dias, entre abril e julho daquele ano, estimativas indicam que entre quinhentos mil e um milhão de tutsis foram assassinados, juntamente com dezenas de milhares de hutus considerados opositores do regime (Mamdani, *When Victims Become Killers*, 2001). A rapidez e a magnitude da violência não apenas chocaram a comunidade internacional, mas também expuseram as fragilidades institucionais e as profundas divisões identitárias historicamente construídas no país.

Durante décadas, o genocídio ruandês foi frequentemente interpretado como resultado de antagonismos étnicos pré-existentes entre hutus e tutsis. No entanto, análises históricas e institucionais mais recentes demonstram que tal interpretação é insuficiente. Longe de refletirem

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

rivalidades atávicas, as identidades étnicas que estruturaram o genocídio foram profundamente moldadas por políticas coloniais que institucionalizaram distinções raciais e hierarquias políticas no aparato estatal (Mamdani 2020). A administração colonial alemã e, posteriormente, belga transformou categorias sociais relativamente fluidas em identidades políticas rigidamente definidas, vinculadas a direitos diferenciados de cidadania, educação e acesso ao poder político. Nesse contexto, o genocídio de 1994 não pode ser compreendido apenas como uma explosão espontânea de violência intercomunitária, mas como o colapso de uma ordem política construída sobre categorias racializadas de pertencimento e exclusão. Como argumenta Mamdani, genocídios nunca são moralmente justificáveis, mas tornam-se historicamente "pensáveis" quando determinadas estruturas políticas tornam a violência coletiva um instrumento concebível de reorganização social (Mamdani 2001).

Após o genocídio, Ruanda iniciou um processo intensivo de reconstrução nacional. O novo governo liderado pela Frente Patriótica Ruandesa (RPF) implementou reformas institucionais, programas de reconciliação e políticas de desenvolvimento econômico que transformaram significativamente a estrutura econômica do país. Nas últimas três décadas, Ruanda passou a ser frequentemente apresentado como um caso exemplar de reconstrução pós-conflito, marcado por crescimento econômico acelerado, modernização urbana e redução significativa da pobreza.

Entretanto, esse processo de reconstrução levanta uma questão central para os estudos de paz e conflito: a estabilidade política contemporânea de Ruanda representa uma paz sustentável ou apenas a ausência de violência aberta sob um modelo de governança altamente centralizado?

Este artigo argumenta que, embora Ruanda tenha alcançado avanços significativos no desenvolvimento econômico e na reconstrução institucional, a sustentabilidade de sua paz permanece incerta. Para examinar essa questão, o estudo analisa três dimensões fundamentais do processo de reconstrução ruandês:

- (1) A política da memória e os mecanismos de justiça transicional,
- (2) o papel do capital social e das iniciativas comunitárias na reconciliação cotidiana, e
- (3) As transformações econômicas e institucionais ocorridas no país nas últimas três décadas.

Ao analisar essas dimensões de forma integrada, argumenta-se que a experiência ruandesa revela tanto o potencial quanto os limites das estratégias contemporâneas de construção da paz em contextos pós-genocídio. Embora iniciativas comunitárias e mecanismos de justiça transicional tenham contribuído para a reconstrução do tecido social, a centralização política e as restrições ao pluralismo suscitam questionamentos importantes sobre a durabilidade dessa paz a longo prazo.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Colonialismo, construção racial e as origens do genocídio

O genocídio ocorreu logo após a morte do presidente ruandês Juvénal Habyarimana e do presidente do Burundi, cujos aviões foram abatidos em abril de 1994. Embora o regime de Habyarimana já cultivasse hostilidade contra os tutsis, as formas mais extremas de mobilização genocida emergiram quando grupos políticos radicais passaram a instrumentalizar o ressentimento social e mobilizar amplos setores da população hutu para a violência organizada. A escala de participação civil na violência revelou a profundidade das divisões sociais. Milícias como a Interahamwe, juntamente com setores do exército e lideranças locais, coordenaram as matanças. Jovens treinados durante a guerra civil passaram a treinar outros civis, expandindo rapidamente a capacidade de mobilização genocida. O objetivo declarado era o extermínio total da população tutsi, incluindo mulheres e crianças. Hutus que se recusavam a participar das matanças eram frequentemente acusados de traição e executados.

Para compreender plenamente esses eventos, é necessário analisar o papel do colonialismo na construção de identidades raciais rígidas. Como argumenta Mamdani, as identidades políticas na África colonial não surgiram de forma espontânea, mas foram produzidas por sistemas institucionais que organizaram o poder e a cidadania segundo categorias raciais e étnicas (Mamdani 2001).

Durante o domínio colonial, administradores europeus — primeiro alemães e, posteriormente, belgas — institucionalizaram a distinção entre hutus e tutsis. Influenciados por teorias raciais europeias, os colonizadores passaram a interpretar os tutsis como descendentes dos povos hamitas, considerados superiores, enquanto os hutus eram classificados como bantus "autóctones". Essa hierarquização racial foi incorporada a instituições fundamentais do Estado colonial, incluindo a educação, a administração pública, o sistema tributário e as estruturas eclesiásticas.

A Igreja Católica desempenhou um papel central nesse processo, contribuindo para consolidar a narrativa racial que separava hutus e tutsis como grupos biologicamente distintos. Documentos de identidade passaram a registrar oficialmente essas categorias, transformando distinções sociais fluidas em identidades rígidas e politicamente significativas.

Essas políticas coloniais produziram um sistema no qual os tutsis eram frequentemente posicionados como intermediários administrativos entre o poder colonial e a população local. Ao mesmo tempo, essa estrutura alimentou ressentimentos que, posteriormente, seriam mobilizados por líderes políticos no período pós-colonial. Como observa Mamdani em *When Victims Become*

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Killers, genocídios são injustificáveis, mas não são inexplicáveis; são "pensáveis" em contextos históricos específicos que tornam a violência coletiva politicamente concebível (2001).

O pós-genocídio: memória, justiça transicional e reconstrução social

Após o genocídio, Ruanda enfrentou o monumental desafio de reconstruir uma sociedade devastada.

A escala da violência deixou o país em caos, com comunidades destruídas, famílias separadas e um legado de trauma profundo. O período posterior ao genocídio foi marcado por um deslocamento em massa de pessoas, o que gerou uma grave crise humanitária. A comunidade internacional enfrentou fortes críticas por sua falha em intervir de forma eficaz e impedir o derramamento de sangue durante o genocídio.

Em resposta a esse capítulo devastador, Ruanda iniciou uma difícil jornada de recuperação, reconstrução e reconciliação. Foram empreendidos esforços para levar à justiça os responsáveis pelo genocídio por meio de tribunais internacionais, ao mesmo tempo em que foram iniciados processos internos voltados ao reconhecimento e ao enfrentamento das atrocidades. Reconstruir a confiança e promover a unidade entre as comunidades tornaram-se objetivos centrais para a estabilidade da nação.

Nas duas décadas seguintes, o país passou por um amplo processo de memorialização. Mais de quinhentos memoriais foram estabelecidos em diferentes regiões do país, muitos deles com apoio do governo, com o objetivo de preservar a memória do genocídio e promover uma identidade nacional baseada no reconhecimento do passado (Fox 2021).

Esses memoriais desempenham um papel central na construção da memória coletiva e no reconhecimento das vítimas. Contudo, também revelam tensões persistentes entre diferentes grupos de sobreviventes, o que demonstra que processos de memória pública podem, simultaneamente, promover a unidade e expor divisões sociais.

A memorialização é considerada um mecanismo fundamental de justiça transicional, complementando abordagens tradicionais como comissões da verdade, julgamentos e reparações. Os mecanismos de justiça transicional geralmente se dividem em duas categorias principais: a justiça retributiva, que se concentra na punição proporcional pelos crimes cometidos, e a justiça restaurativa, que enfatiza a reconciliação e a atenção às necessidades das vítimas. A memorialização, como forma de justiça restaurativa, contribui para a construção de uma memória coletiva e para a promoção da harmonia social (González-Enríquez e Aguilar 43; Fox).

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

No campo da justiça transicional, Ruanda adotou uma combinação de mecanismos retributivos e restaurativos. Tribunais internacionais, como o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR), foram estabelecidos para julgar líderes responsáveis pelo genocídio. Esses tribunais representaram uma tentativa de aplicar justiça retributiva por meio de punições proporcionais aos crimes cometidos.

Os julgamentos — especialmente aqueles conduzidos pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda — constituem mecanismos de justiça retributiva, cujo objetivo é responsabilizar judicialmente os perpetradores pelos crimes cometidos. As comissões da verdade, por outro lado, situam-se no polo restaurativo do espectro da justiça transicional, buscando revelar a verdade sobre os crimes do passado, produzir conhecimento público sobre as violações ocorridas e contribuir para a reconstrução da unidade e da paz social. Embora esses programas de fato possam favorecer processos de cura e perdão, também apresentam limitações, como o risco de marginalizar determinadas vítimas ou suas experiências de sofrimento. Ademais, quando o novo governo ruandês se deparou com o desafio de lidar com um número extremamente elevado de potenciais réus, em um contexto de um sistema judicial fragilizado, optou por recorrer ao modelo sul-africano de confissão em troca de clemência. Em vez de adotar uma política de anistia — considerada inadequada diante da magnitude do genocídio —, decidiu-se pela aplicação de penas reduzidas a quem confessasse sua participação nos crimes (González-Enríquez e Aguilar 43).

Programas locais de reconciliação — incluindo assistência jurídica gratuita, iniciativas comunitárias e programas educacionais — também se mostraram instrumentos práticos para enfrentar as tensões do período pós-conflito. Esses esforços possibilitaram que indivíduos e comunidades lidassem de forma mais direta com os desafios sociais, políticos e psicológicos deixados pelo genocídio.

Capital social e reconciliação cotidiana

Processos de reconciliação emergiram em nível comunitário. Pequenos atos de cooperação cotidiana entre vizinhos tornaram-se elementos importantes na reconstrução das relações sociais. Fox descreve essas práticas como "reconciliações cotidianas", nas quais sobreviventes e antigos perpetradores passam a conviver novamente por meio de interações diárias baseadas no pragmatismo e na necessidade social (Fox 2021).

Essas práticas também podem ser interpretadas à luz do conceito de capital social. Como argumenta McDoom (2013), as redes sociais desempenham um papel crucial tanto na

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

mobilização da violência quanto na reconstrução da paz. Laços interpessoais podem facilitar cooperação, mas também podem ser instrumentalizados para mobilizar violência coletiva.

O capital social foi — e continua sendo — um elemento crucial nos processos de construção e manutenção da paz no período pós-genocídio, atuando como mecanismo essencial para a reconstrução de vínculos sociais, a cura coletiva e a recomposição das relações comunitárias profundamente fragmentadas pela violência. Diversas dessas iniciativas tornaram-se visíveis no contexto da reconstrução pós-conflito, particularmente por meio de movimentos de base e organizações comunitárias, que frequentemente não buscaram transformações diretas no âmbito jurídico ou institucional do Estado. Em vez disso, concentraram seus esforços na transformação das relações cotidianas entre indivíduos, incentivando processos de reconexão social e a criação de novas pontes de sociabilidade e confiança entre grupos antes divididos (de Lame 303; Eramian 130).

Nesse sentido, se por um lado o sistema colonial contribuiu para produzir e institucionalizar categorias raciais rígidas, aprofundando divisões identitárias, por outro, muitas organizações não governamentais atuantes no período pós-genocídio empenharam-se em promover processos de reconstrução social baseados em consenso, diálogo e reconciliação. Iniciativas de construção da paz frequentemente enfatizam a importância do desenvolvimento individual como fundamento para transformações coletivas, argumentando que o fortalecimento da consciência individual sobre os conflitos e suas origens pode fomentar maior resiliência social frente a discursos de ódio e mobilizações violentas. Dessa perspectiva, tais processos de transformação social — simultaneamente individuais e coletivos — são considerados fundamentais para inaugurar uma nova fase de estabilidade política e coesão social. Embora, à primeira vista, possam parecer insignificantes, pequenos atos cotidianos de gentileza e cooperação — muitas vezes influenciados por rituais de memorialização e por mecanismos de justiça transicional — desempenham um papel relevante na construção de uma convivência pacífica de longo prazo. Essas práticas diárias contribuem gradualmente para restaurar a confiança entre indivíduos e comunidades profundamente marcadas pela violência coletiva.

Nesse contexto, o fortalecimento do capital social, particularmente em sua dimensão de *bridging social capital* — isto é, a capacidade de criar vínculos entre grupos distintos — revelou-se um elemento fundamental. Conforme argumenta McDoom, esse tipo de capital social desempenhou um papel decisivo tanto no processo de mobilização que possibilitou a perpetração do genocídio quanto, posteriormente, nos esforços de reconstrução social e de manutenção da paz no período pós-conflito.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Ruanda contemporânea: crescimento econômico e paz frágil

Três décadas após o genocídio, Ruanda apresenta uma trajetória econômica notável. O país transformou-se de uma sociedade devastada pela guerra em uma economia em crescimento, frequentemente citada como exemplo de desenvolvimento na África.

O governo investiu de forma notável em infraestrutura e tecnologia, incluindo um projeto de 95 milhões de dólares para expandir a rede nacional de telecomunicações (Crisafulli 2012). Como resultado, o país tem buscado transformar-se em um centro regional de tecnologia da informação. Os indicadores sociais também mostram avanços significativos. A taxa de pobreza caiu de 56,9% em 2006 para 44,9% em 2011, retirando aproximadamente um milhão de pessoas da pobreza em apenas cinco anos (Crisafulli 2012).

Apesar desses avanços, o sistema político ruandês tem sido alvo de críticas crescentes. Observadores internacionais apontam preocupações relacionadas à repressão política, restrições à liberdade de expressão e alterações constitucionais que podem permitir a permanência do presidente Paul Kagame no poder até 2034 (Cropley 2021).

O governo liderado pela Rwanda Patriotic Front (RPF) alcançou avanços significativos na reconstrução institucional e na consolidação de uma governança burocrática mais estruturada. Contudo, também tem sido alvo de críticas substanciais por concentrar poder político e riqueza nas mãos de uma pequena elite, além de enfrentar acusações de discriminação étnica, repressão à dissidência política, enfraquecimento da sociedade civil e condução de um processo de democratização considerado falho. A participação militar de Ruanda no conflito na República Democrática do Congo também contribuiu para a instabilidade regional. Paralelamente, o governo tem evitado condenações internacionais mais contundentes ao mobilizar o que alguns analistas denominam "genocide credit", isto é, o capital político internacional decorrente de seu papel na interrupção do genocídio de 1994. Nesse contexto, a própria comunidade internacional, ao tolerar ou relativizar tais práticas, corre o risco de permitir a reprodução de formas de violência estrutural (Reyntjens 177).

Além disso, o regime liderado pela Rwanda Patriotic Front apresenta importantes continuidades com o período anterior ao genocídio, particularmente no que diz respeito à concentração de poder em uma elite restrita, ao uso de redes clientelistas e à instrumentalização de identidades étnicas no exercício do poder. Como observa o autor, "a maneira pela qual o poder é exercido pela RPF ecoa, em vários aspectos, o período de regime de partido único" (Reyntjens 208).

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Conclusão

Definir o que constitui "paz" em sociedades que emergem de conflitos violentos é uma tarefa conceitualmente complexa. Como observa Malkki, as perspectivas antropológicas frequentemente questionam a suposição de que a harmonia social representa o estado natural das sociedades humanas (Eramian 2017). Na ciência política, por sua vez, a paz costuma ser definida como a ausência de violência organizada e a presença de estabilidade institucional. No entanto, abordagens contemporâneas nos estudos de paz argumentam que uma paz verdadeiramente sustentável requer algo mais profundo: relações sociais cooperativas, justiça política e inclusão institucional (Galtung 1969; Lederach 1997).

À luz dessas perspectivas, a experiência ruandesa apresenta um quadro profundamente ambivalente. Por um lado, iniciativas comunitárias, mecanismos de justiça transicional e práticas cotidianas de reconciliação demonstram esforços concretos para reconstruir o tecido social devastado pelo genocídio. Processos locais de reconciliação, práticas de memorialização e o fortalecimento de formas de capital social contribuíram significativamente para restaurar as relações interpessoais e promover formas pragmáticas de convivência entre comunidades anteriormente divididas pela violência.

Por outro lado, a consolidação de um sistema político altamente centralizado suscita questionamentos importantes sobre a natureza da paz construída no país. Embora Ruanda tenha alcançado avanços notáveis em desenvolvimento econômico, modernização institucional e redução da pobreza, o crescimento econômico e a estabilidade administrativa não são, por si só, garantias de paz duradoura. A concentração de poder político, as restrições ao pluralismo e as limitações ao espaço de contestação política sugerem que a estabilidade observada pode coexistir com formas persistentes de controle político e de violência estrutural.

Nesse sentido, Ruanda ilustra um paradoxo recorrente em processos de reconstrução pós-conflito: um país pode alcançar níveis significativos de estabilidade e desenvolvimento econômico enquanto ainda enfrenta desafios substanciais na consolidação de uma paz plenamente inclusiva e sustentável.

A experiência ruandesa demonstra que a construção da paz não pode ser reduzida apenas à ausência de violência ou ao sucesso de políticas de desenvolvimento econômico. Processos duradouros de pacificação dependem igualmente da existência de instituições políticas inclusivas, da proteção das liberdades civis e da capacidade das sociedades de lidar criticamente com seu passado.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Portanto, embora Ruanda represente um caso notável de reconstrução pós-genocídio, sua trajetória também evidencia os limites das estratégias contemporâneas de peacebuilding que priorizam a estabilidade e o crescimento econômico, sem necessariamente promover a abertura política e o pluralismo institucional. A sustentabilidade da paz no país dependerá, em última instância, da capacidade de conciliar a reconstrução econômica, a reconciliação social e a inclusão política em um projeto nacional que vá além da mera gestão da memória do genocídio.

REFERÊNCIAS

- Carmen González-Enríquez, and Paloma Aguilar, eds. *The Politics of Memory: Transitional Justice in Democratizing Societies*. Oxford University Press, 2001.
- Fox, Nicole. *After Genocide: Memory and Reconciliation in Rwanda*. The University of Wisconsin Press, 2021.
- Crisafulli, Patricia, Rwanda, Inc.: How a Devastated Nation Became an Economic Model for the Developing World. Palgrave Macmillan, 2012.
- Cropley, Ed. "Review: Rwanda, Africa's Good-News Story Gone Bad." *Reuters*, 1 Apr. 2021, <https://www.reuters.com/article/us-rwanda-politics-breakingviews/breakingviews-review-rwanda-africas-good-news-story-gone-bad-idUSKBN2BO6MW/>. Accessed 12 Dec. 2023.
- Eramian, Laura. *Peaceful Selves: Personhood, Nationhood, and the Post-Conflict Moment in Rwanda*. Berghahn Books, 2017.
- De Lame, Danielle. "Mighty Secrets, Public Commensality, and the Crisis of Transparency: Rwanda through the Looking Glass." *Canadian Journal of African Studies*, vol. 38, no. 2, 2004, pp. 279–317.
- Galtung, Johan. "Violence, Peace, and Peace Research." *Journal of Peace Research*, vol. 6, no. 3, 1969, pp. 167–191.
- Lederach, John P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. United States Institute of Peace Press, 1997.
- Mamdani, Mahmood. *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*. Princeton University Press, 2001.
- Mamdani, Mahmood. *Neither Settler nor Native: The Making and Unmaking of Permanent Minorities*. Harvard University Press, 2020.
- Manson, Katrina. "Kagame seeks lasting economic miracle for Rwanda." *Financial Times*, 23 April 2015, <https://www.ft.com/content/3cdd59b0-ded5-11e4-b9ec-00144feab7de>. Accessed 12 Dec. 2023.
- Reyntjens, Filip. "Rwanda, Ten Years On: From Genocide to Dictatorship." *African Affairs*, vol. 103, no. 411, April 2004.
- Verwimp, Philip's article "Testing the Double-Genocide Thesis for Central and Southern Rwanda" in *The Journal of Conflict Resolution* (2003, pp. 423-442)